

Fernando Augusto Martins Canhadas

O DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA
O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA

Appris
Editora

Curitiba - PR

2018

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
-------------------------	-----------

CAPÍTULO I

OS PRINCÍPIOS JURÍDICOS	25
--------------------------------------	-----------

1. Diferentes Acepções do Vocábulo <i>Princípio</i>	25
2. Princípios Jurídicos como <i>Mandamentos de Otimização</i>	34
2.1. O Neoconstitucionalismo.....	34
2.2. A Doutrina de Ronald Dworkin.....	39
2.3. A Doutrina de Robert Alexy.....	43
2.4. A Doutrina de Humberto Ávila.....	48
2.4.1. As Críticas de Humberto Ávila à Teoria dos Princípios.....	48
2.4.2. A Teoria de Humberto Ávila e os Postulados Normativos.....	57
2.5. A Doutrina de Virgílio Afonso da Silva.....	63
2.6. Nossa Definição.....	66

CAPÍTULO II

A TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: EXPERIÊNCIAS NO EXTERIOR E NO BRASIL	71
---	-----------

1. A Transparência Administrativa no Direito Comparado.....	71
1.1. Considerações Iniciais.....	71
1.2. A Transparência Administrativa no Direito Espanhol.....	75
1.3. A Transparência Administrativa no Direito Italiano.....	78
1.4. A Transparência Administrativa no Direito Alemão.....	80
1.5. A Transparência Administrativa no Direito Francês.....	83
1.6. A Transparência Administrativa no Direito Inglês.....	84
1.7. A Transparência Administrativa no Direito Húngaro.....	86
1.8. A Transparência Administrativa no Direito Esloveno.....	88
1.9. A Transparência Administrativa no Direito Mexicano.....	90
1.10. A Transparência Administrativa no Direito Suíço.....	92
1.11. A Transparência Administrativa no Direito Canadense.....	94
1.12. A Transparência Administrativa no Direito Norte-Americano.....	96
1.13. A Transparência Administrativa no Direito Chileno.....	99
1.14. Considerações Finais acerca da Transparência no Direito Comparado.....	100
2. A Transparência Administrativa na Experiência Brasileira.....	102
2.1. Evolução Histórica.....	102
2.2. As Referências Normativas Atuais.....	104
2.2.1. A Transparência Administrativa na Constituição da República de 1988.....	105
2.2.2. A Transparência na Legislação Infraconstitucional.....	111

2.2.2.1. A Lei de Registros Públicos (Lei Federal 6.015/73).....	111
2.2.2.2. Lei da Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados (Lei Federal 8.159/91).....	112
2.2.2.3. Leis de Licitações (Leis Federais 8.666/93, 10.520/02 e 12.426/11).....	115
2.2.2.4. Lei da Garantia de Certidão (Lei Federal 9.051/95).....	118
2.2.2.5. Lei da Interceptação Telefônica (Lei Federal 9.296/96).....	118
2.2.2.6. Lei do <i>Habeas Data</i> (Lei 9.507/97).....	119
2.2.2.7. A Lei dos Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores (Lei Federal 9.613/98 alterada pela Lei Federal 12.683/2012)	121
2.2.2.8. Lei de Processo Administrativo Federal (Lei Federal 9.784/99)	123
2.2.2.9. Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei da Transparência (Lei Complementar 101/2000 com a redação alterada pela Lei Complementar 131/2009).....	124
2.2.2.10. Leis de Sigilos Fiscal e Bancário (Leis Complementares 104/2001 e 105/2001)	126
2.2.2.11. Lei e Regulamento do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção (Lei Federal 10.683/2003 e Decreto Federal 4.923/2003)	129
2.2.2.12. A Lei Federal 11.111/2005.....	130
2.2.2.13. A Lei de Acesso à Informação (Lei Federal 12.527/11).....	131
2.2.2.14. A Lei da Comissão Nacional da Verdade (Lei Federal 12.528/2011).....	132
3. A Transparência Administrativa em Juízo.....	134

CAPÍTULO III

A TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA NO ORDENAMENTO JURÍDICO: SUA IDENTIDADE E SUAS POTENCIAIS RESTRIÇÕES

1. Considerações Iniciais.....	139
2. A Transparência Administrativa no Ordenamento Jurídico.....	140
2.1. Notas Introdutórias	140
2.2. A Transparência e a Supremacia do Interesse Público	142
2.3. A Transparência e a Indisponibilidade do Interesse Público	145
2.4. A Transparência e a Segurança Jurídica.....	146
2.5. A Transparência e a Boa-Fé Administrativa.....	148
2.6. A Transparência e o Princípio Republicano	149
2.7. A Transparência e a Igualdade	152
2.8. A Transparência e o Devido Processo Legal Substantivo – <i>Razoabilidade e Proporcionalidade</i>	154
2.8.1. Considerações Iniciais	154
2.8.2. A Razoabilidade.....	158
2.8.3. A Proporcionalidade.....	166
2.9. A Transparência e a Legalidade	180
2.10. A Transparência e a Moralidade	182
2.11. A Transparência e a Impessoalidade.....	183
2.12. A Transparência e a Eficiência	184
2.13. A Transparência e a Motivação.....	185
2.14. A Transparência e a Participação Popular	188
2.15. A Transparência e a Publicidade	190

3. As Potenciais Restrições à Transparência Administrativa.....	198
3.1. Considerações Iniciais	198
3.2. O Sigilo Exigido pelo Interesse Público.....	199
3.2.1. A Soberania Nacional	202
3.2.2. A Segurança do Estado e de suas Instituições Democráticas.....	204
3.2.3. O Sigilo Excepcional de Informações Estratégicas e de Relevante Interesse Público.....	207
3.3. O Sigilo Exigido pelo Interesse Privado	210
3.3.1. Os Direitos Fundamentais.....	211
3.3.2. Os Direitos relativos à Privacidade.....	218
3.3.2.1. O Direito à Intimidade.....	219
3.3.2.2. A Inviolabilidade do Domicílio.....	221
3.3.2.3. Os Sigilos de Correspondência, de Dados, Telefônico, Fiscal e Bancário.....	222
3.3.2.4. A Vida Privada	226
3.3.2.5. O Direito à Honra.....	227
3.3.2.6. O Direito à Imagem	228
3.3.2.7. O Sigilo Profissional.....	229
3.3.3. O Segredo Comercial	230

CAPÍTULO IV

O CONTEÚDO JURÍDICO DO PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA

ADMINISTRATIVA.....	233
1. Considerações Iniciais.....	233
2. Aspectos da Transparência Administrativa	233
2.1. Aspecto Subjetivo.....	237
2.2. Aspecto Objetivo	241
2.3. Aspecto Formal.....	244
2.4. Aspecto Material.....	245
2.5. Aspecto Temporal.....	246
3. Modalidades Passiva e Ativa da Transparência Administrativa.....	247
4. O Conteúdo Jurídico do Princípio da Transparência Administrativa.....	251
5. Nossos Comentários à Lei de Acesso à Informação (Lei Federal 12.527/11)	253
5.1. Síntese Conclusiva sobre a LAI Brasileira	281

CAPÍTULO V

A TRANSPARÊNCIA OBRIGATÓRIA, A TRANSPARÊNCIA PERMITIDA E A TRANSPARÊNCIA PROIBIDA.....

1. Considerações Iniciais.....	283
2. Lógica Deontica – Breves Considerações	284
3. Modais Deonticos.....	288
4. A Estrutura Lógica dos Princípios	293
4.1. Normas Jurídicas de Estrutura e de Comportamento.....	293
4.2. A Estrutura Lógica dos Princípios.....	304

5. A Transparência Obrigatória, a Transparência Permitida e a Transparência Proibida	308
5.1. Notas Introdutórias	308
5.2. A Transparência Obrigatória.....	309
5.3. A Transparência Permitida.....	314
5.3.1. Ainda a Questão da Discricionariedade Administrativa	314
5.3.2. A Transparência Permitida pela Administração Pública	321
5.3.3. A Transparência Permitida pelo Particular.....	324
6. A Transparência Proibida.....	327
7. Sopesamento Fundamentado como Método para Solução de Colisões entre a Transparência Administrativa e os Interesses Públicos e Privados Protegidos por Sigilo	330
7.1. Premissas Necessárias	330
7.2. Do Método de Sopesamento.....	338
8. A Transparência Ativa dos Vencimentos de Agentes Públicos	350
9. Notas acerca da Transparência e do Controle da Administração Pública.....	365

SÍNTESE CONCLUSIVA.....	369
--------------------------------	------------

REFERÊNCIAS	375
--------------------------	------------